



EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAS

SEXUAL EDUCATION AND THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS

Marcos Ribeiro¹
Ricardo Desidério²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo apresentar uma visão sintética sobre a Educação Sexual no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir de uma interface com as questões históricas e culturais; as concepções teóricas e pedagógicas que norteiam este trabalho e o que o justifica a partir de uma fundamentação teórica utilizada. Para esta análise os autores valeram-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997); das Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem (UNESCO, 2014) e da bibliografia de autores na área de sexualidade. A visão integradora do trabalho sem se ater apenas as questões biológicas e os conteúdos indicados para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, compõem este artigo. A importância da formação docente; a metodologia indicada; os entraves que dificultam o trabalho, como identificados em pesquisa acadêmica realizada em 2019, com 326 professores(as) do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, em 139 municípios, das 5 regiões do Brasil, são apresentados de forma sucinta e com a análise dos resultados. As considerações finais propõem que o trabalho de educação sexual com alunos(as) do Ensino Fundamental – Anos Iniciais tenha como ponto central a educação continuada dos(as) professores(as) no que se referem aos conteúdos e metodologia e a parceria com as famílias.

Palavras-chave: Educação Sexual; Formação Docente; Sexualidade Infantil.

ABSTRACT: This study aims to present a synthetic view of Sex Education in Elementary School I, from an interface with historical and cultural issues; the theoretical and pedagogical conceptions that guide this work and what justifies it from a theoretical foundation used. For this analysis, the authors used the National Curriculum Parameters (BRAZIL, 1997); from the Technical Guidelines on Sexuality Education for the Brazilian scenario: topics and learning objectives (UNESCO, 2014) and from the bibliography of authors in the field of sexuality. The integrative view of work, without focusing only on biological issues and the contents indicated for Elementary School I, compose this article. The importance of teacher training; the indicated methodology; the obstacles that make the work difficult, as identified in an academic research carried out in 2019, with 326 elementary school teachers, in 139 municipalities, in the 5 regions of Brazil, are presented succinctly and with an analysis of the results. The final considerations propose that the work of sexual education with students of Elementary School I have as its central point the continuing education of teachers in terms of content and methodology and partnership with families.

Keywords: Sex Education; Teacher Training; Child Sexuality.

INTRODUÇÃO

Em um país como o Brasil, devido a sua multiplicidade de fatores étnicos,

¹Marcos Ribeiro, Mestrando em Educação Sexual pela Unesp/Araraquara, marcosribeiro@marcosribeiro.com.br

²Ricardo Desidério, Doutorado em Educação Escolar pela Unesp/Araraquara, ricardo.desiderio@unespar.edu.br



geográficos, religiosos, econômicos e políticos, a sexualidade tem em disputa um discurso com as mais variadas proposições na tentativa de normatizar condutas. É possível encontrar instituições favoráveis ao trabalho da Educação Sexual na escola e, outras, em consonância com o discurso das famílias, que acredita ser essa uma responsabilidade exclusiva dos pais e/ou responsáveis.

Independentemente de todo enquadramento e cerceamento que se queira impor, por grupos religiosos ou políticos, a conversa sobre sexualidade na escola é uma questão de direitos como constata o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) ao afirmar que

educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas (BRASIL, 2003, n.p).

A discussão desse tema é tão importante de ser discutido que, por isso, está presente nos estudos, publicações e pesquisas acadêmicas, onde autores e pesquisadores (BRAGA, 2017; BRAGA e DESIDÉRIO, 2021; LEÃO, 2009; RIBEIRO, 2020, 2021; SILVA, 2009, 2015) buscam através da cientificidade a melhor forma de abordagem deste tema nas mais diferentes faixas etárias e anos escolares, como o Ensino Fundamental – Anos Iniciais³.

Mesmo necessária para o desenvolvimento, formação e construção da cidadania, a sexualidade ainda é vista com tabus e preconceitos e, segundo Braga (2017, p. 16), “ao seu redor surgem mitos, representações sociais e numerosas formas de estigma e discriminação”. Contudo, não é de hoje que a Educação Sexual é um tema de interesse. Foi na França, na metade do século XVIII, que a discussão da sexualidade na escola começou a preocupar os educadores, numa época que coincide com o desenvolvimento de noções relativas à repressão das manifestações da sexualidade infantil, tendo como base o combate à masturbação (RIBEIRO, 2020).

Estas ideias tinham como pano de fundo,

as ideias de Rousseau, para quem a ignorância era a melhor garantia de manutenção da pureza infantil. Na medida que não se podia assegurar a ignorância absoluta, a informação dirigida e repressiva era o “menor dos males”, preservando assim, a criança, dos “perigos” da sexualidade. Na verdade, instalava-se na França, neste período, uma educação verdadeiramente “anti-sexual” (SAYÃO, 1997, p. 107).

Décadas mais tarde, no Brasil, a preocupação baseada nas ideias de Rousseau não foi diferente. Na década de 1930 a discussão da sexualidade chegava às escolas, porém com uma metodologia fundamentada na prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)⁴ e, mais tarde, na gravidez na adolescência. Não se falava, contudo,

³Neste artigo utilizaremos a terminologia “Ensino Fundamental - Anos Iniciais” por considermos mais atual, mesmo que “Ensino Fundamental I” também esteja sendo utilizada.

⁴Atualmente considera-se a expressão Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).



na importância da Educação Sexual começar ainda na infância e, muito menos, no direito à informação no sentido *latu sensu*, que compreendesse a pessoa como um todo (RIBEIRO, 2020).

Ainda do final do século XIX e começo do século XX, há resquícios de que trazia uma preocupação de caráter higienista, da sexualidade associada a prevenção e nem de longe com o prazer que segue a corrente

[...] médico-higienistas em voga na Europa, onde surgem as primeiras ideias sobre educação sexual que agregavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, visando também a preparação da mulher para o exercício do papel de esposa e mãe [...] (SAYÃO, 1997, p. 107).

Essa ideia de “preparação da mulher para o exercício do papel de esposa e mãe” se repete mais tarde na primeira publicação acadêmica que trouxe uma abordagem institucional da Educação Sexual no Brasil, tese defendida em 1915 por Francisco Vasconcelos no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2020).

Já em 1945 houve os primeiros questionamentos que abriram o caminho para a Revolução Sexual, que veio ocorrer na década de 60. Cada vez, a mulher ocupava os espaços de trabalho e, para Ussel (1980), falava-se mais claramente sobre sexualidade e esta conversa já era de domínio público, o que foi muito significativo para a compreensão, mais tarde, da importância da educação em sexualidade como propomos com este trabalho.

Nos anos 50 entre 1954 e 1970, o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar do Estado de São Paulo oferecia aulas de orientação sexual às meninas da quarta série primária, o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação atual LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) classifica como Ensino Fundamental – Anos Iniciais, seguimento desse nosso estudo.

Em 1968, no Rio de Janeiro, a deputada Julia Steimbruck, apresentou um projeto de lei que

propunha a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país [...] apesar de ter recebido apoio de parte dos deputados, intelectuais e educadores, teve maior peso o parecer contrário apresentado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que no mesmo ano, pronunciou-se radicalmente contra a introdução da educação sexual nas escolas. Uma frase já famosa desse parecer, ao defender as supostas inocências, pureza e castidade das crianças dizia: “Não se abre à força um botão de rosa, sobretudo com as mãos sujas” (SAYÃO, 1997, p. 109).

No auge da repressão, todos os projetos na área foram engavetados ou interrompidos. Assim, ainda na década de 60, estendendo-se até os anos 70, mesmo com anos de chumbo com a ditadura militar, trouxe importantes avanços para o comportamento sexual, como “[...] a comercialização do primeiro contraceptivo oral eficaz [...], onde o sexo começou a ser desvinculado da procriação [...]; o feminismo com a luta por direitos iguais aos homens [...] e o divórcio instituído no Brasil em 1977” (CARELLI, 2013, p. 27). Conquistas importantes para a equidade de gênero e revolução para a sexualidade.



Em 1971 “a Lei 5692/71 altera as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e torna obrigatória a inclusão de Programas de Saúde no currículo escolar, favorecendo que as escolas passassem a tratar de questões ligadas à sexualidade humana, o que não era oficialmente permitido” (ARCARI; LEÃO; 2017, p. 232).

Já no final dos anos 70 e início da década de 80 e que perdura até os dias de hoje, houve o surgimento da Aids, uma doença controlável, mas ainda sem cura, com mudança de comportamento em todas as pessoas da época e futuras gerações.

Segundo Ribeiro (2020), na década de 80 ocorreu

[...] uma discussão mais ampla começou a surgir e os projetos eram realizados, não porque se acreditava na importância deste tema para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, mas para que o trabalho de sexualidade tratasse dos “problemas” que estavam aparecendo, como a aids, que acabamos de falar, a gravidez na adolescência, o uso de drogas pelos jovens. Neste sentido, essa sempre foi uma visão equivocada e dissociada do que se pretende com este trabalho, porque a Educação em Sexualidade nunca teve o objetivo de “tratar” ninguém e os conteúdos a serem abordados vai além do corpo biológico, mas tem sempre o caráter pedagógico (RIBEIRO, 2020, p. 37).

De tal modo, é importante que os(as) educadores(as) não percam a clareza que o trabalho na escola deve se dar no âmbito pedagógico não tendo, portanto, um caráter de tratamento. Deve ser compreendido como um espaço para que, através de dinâmicas, por exemplo, possam problematizar alguns temas, levantar questionamentos e ampliar o conhecimento das crianças e jovens sobre o tema, num planejamento adequado a cada faixa etária/série.

Dentro deste caráter pedagógico a que nos referimos é importante que o(a) professor(a) amplie sua visão e adquira outros conhecimentos que estão presentes no universo da infância e adolescência e serão importantes para a sua formação teórica e prática de trabalho.

Contudo, foi em 1992, mais de duas décadas depois da lei 5692/71, que a Educação Sexual começou a tomar força, apesar de ainda ter uma preocupação maior em resguardar a saúde, criando medidas para a prevenção de doenças. E isso pode ser percebido com a preocupação do poder público diante do enfrentamento da epidemia da aids, através da Portaria Interministerial Nº 796 de 1992, entre os Ministérios da Saúde e Educação, que propõe um projeto educativo de prevenção à aids, nas redes públicas e oficiais de ensino de todo país, em todos os níveis de escolarização (RIBEIRO, 2020, p.38).

O projeto de Educação Sexual nas escolas brasileiras toma corpo na segunda metade da década de 90, com resposta positiva até a primeira década do século XXI, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997) onde traz uma fundamentação teórica e pedagógica para a abordagem deste conteúdo na escola. Neste sentido, o caderno “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual⁵” orienta o professor e direciona pedagogicamente sobre a implementação de um trabalho na área de educação

⁵ O termo Orientação Sexual utilizado pelos PCN refere-se ao que chamamos de Educação Sexual, já que Orientação Sexual confunde-se com orientação sexual do desejo sexual, termo utilizado pela comunidade científica da área de Sexualidade Humana em todo o mundo.



em sexualidade.

Ainda, segundo este caderno (BRASIL, 1997, p. 67), “a proposta [...] para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas”. Assim, a importância segue sendo reforçada à medida que se indica que este trabalho seja contínuo e transversal, entendendo que “[...] diversos estudos já demonstraram os poucos resultados obtidos por trabalhos esporádicos sobre a questão. Inúmeras pesquisas apontam também que apenas a informação não é suficiente para possibilitar a adoção de comportamentos preventivos” (BRASIL, 1997, p. 67).

Com estas premissas legais e de pesquisas, é que a formação inicial e continuada do(a) professor(a), para trabalhar estas questões de forma planejada e sistêmica, que ultrapasse o conteúdo contemplando atitudes e crenças, trabalhadas com uma metodologia específica que mobilize o emocional através de dinâmicas pedagógicas, se coloca no centro dessas discussões. E, este trabalho de Educação Sexual voltado para crianças e adolescentes, mas que se propõe a ser realizado pela escola, justifica-se pelos esperados avanços cognitivos, psicológicos, afetivos, sociais e a melhoria do processo ensino e aprendizagem por parte dos alunos, vistos como seres completos.

Ribeiro (2009) corrobora com estas expectativas ao dizer que as crianças quando crescem sem terem suas dúvidas esclarecidas e, neste caso inclui o trabalho de sexualidade, ficam ansiosas, o que acaba interferindo no aprendizado escolar e comportamento social.

Assim, o trabalho de Educação Sexual, proporcionará aos alunos uma

1. Melhora a autoestima;
2. Passa a repensar valores e preconceitos;
3. As informações vão ser importantes para um bom desenvolvimento sexual;
4. Integra a criança ao grupo de colegas o que vai ser muito importante nas suas relações sociais;
5. Ajuda a criança aceitar o outro e suas diferenças [...] (RIBEIRO, 2009, p. 88).

Com isso, este trabalho ainda, visa contribuir para a abertura de diálogos e reflexões sobre o respeito às diferenças, o combate a todo tipo de preconceito e discriminação racial e étnica, conhecimento do corpo, cuidados com a saúde e o fim da violência de todo tipo, incluindo o bullying.

Neste sentido, a referência é sempre a escola por configurar num espaço institucional de troca de saberes e conhecimento, onde as práticas pedagógicas acontecem e há convivência social e afetiva, sendo o único lugar onde as crianças e adolescentes se encontram diariamente com certa regularidade, podendo-se assim realizar um trabalho contínuo, planejado e interdisciplinar, com a possibilidade de uma interface com os pais.

EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

O trabalho de Educação Sexual na escola e, em particular, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais deve ser uma ação efetiva. Contudo, Beliz (2018, p. 17) destaca que vivemos numa sociedade “[...] hipersexualizada e, mesmo que não queiramos falar sobre



o assunto, o conteúdo chega-nos de todos os lados: televisão, revistas, músicas e internet [...] mesmo que nos recusemos a falar, o tema chega inevitavelmente sem filtros ou orientação e, por vezes, de forma crua e perigosa”, o que nos leva pensar o fundamental papel da escola nesse processo.

Desidério (2010) ao propor uma Educação Sexual, afirma que “[...] é importante entender que a sexualidade é uma dimensão exclusivamente humana e, portanto, deve ser abordada com a mesma importância de outros aspectos da vida, tanto individuais como sociais” (p. 41).

Reforçando a ideia, Ribeiro (2009, p. 90) aponta que ao docente não cabe

[...] dizer o que é certo ou errado, o que deve ou não deve fazer ou impor os valores do professor, acreditando que é o melhor para o seu aluno [...] e que o trabalho de educação sexual contemple, também, as questões que passam pelo prazer, respeito por si e pelo outro, responsabilidade e prevenção, desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o corpo e a sexualidade, exercendo, assim, a sua cidadania no sentido mais pleno.

Logo, o trabalho, então, neste segmento etário, segundo Ribeiro (2020, p. 48) “é indicado que seja feito pelo professor responsável pela turma quando o aluno pergunta; a partir da leitura de um livro ou quando aparece uma situação que o professor considere adequado intervir, quando realizam atividades lúdicas ou preferencialmente por meio da interdisciplinaridade”. Mas o que ensinar?

De acordo com Muller (2013), “[...] praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não ataca as ansiedades e curiosidade das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade [...]” (p.73).

Para a autora,

a conversa nessa fase de vida, portanto, precisa ser ampla e abarcar informações sobre:

- 1- o corpo;
- 2- as relações de gênero (a questões dos papéis de homens e mulheres);
- 3- a prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis, como sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais [...] todo esse conteúdo deve ser dado pela escola, mas não necessariamente só por ela. Os pais podem e devem discutir em casa esses temas, além de se apoiar em livros, palestras, sites de conteúdo de qualidade, entre outros (MULLER, 2013, p.74).

Contudo, entendemos também que é fundamental que este(a) professor(a) tenha uma “boa escuta” e que não diga o que o(a) aluno(a) “deva” ou “não deva” fazer ou o que é “certo” ou “errado”. É claro que a partir de princípios éticos e de acordo com a lei (RIBEIRO, 2020, p. 48).

Corroborando, Ornellas (2021) nos esclarece que



[...] o Ensino Fundamental I, um dos níveis da Educação Básica no Brasil, contempla os anos iniciais (geralmente sinalizados como 1º ao 5º ano de escolaridade). Desconsiderando as possibilidades de distorção entre série e idade, a faixa etária atendida é dos seis aos dez ou onze anos. Considerando que, ao longo desse percurso, os(as) alunos(as) passam por diversas mudanças em diferentes aspectos (dentre eles, socioafetivos, emocionais, cognitivos, físicos e cognitivos), é primordial pensar, planejar, propor e construir um currículo que respeite e valorize as diversidades e, sobretudo, colabore para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Que tal pensarmos algumas propostas, em diferentes áreas de conhecimentos, que corroborem com a formação desses sujeitos em (trans)formação?” (ORNELLAS, 2021, p. 84-85).

Este trabalho, segundo Ribeiro (2021), traz avanços significativos no plano cognitivo, psicológico, afetivo e social, com melhoria do processo de ensino e aprendizagem por parte dos alunos “[...] as crianças quando crescem sem terem suas dúvidas esclarecidas e, neste caso, inclui o trabalho de sexualidade, ficam ansiosas, o que acaba interferindo no aprendizado escolar e comportamento social [...]” (RIBEIRO, 2021, p. 38).

Desidério (2010) nos esclarece que

[...] é necessário, também, conhecer o lugar e a significação da sexualidade e suas manifestações, compreendendo as dimensões afetivas da mesma, aceitando como fonte de prazer e satisfação, além de conhecer e compreender os comportamentos sexuais comuns em cada idade, para os dois sexos, o desenvolvimento da identidade sexual e às questões ligadas à masculinidade e feminilidade, aprendendo a respeitar o outro sexo, seus direitos e deveres (DESIDÉRIO, 2010, 46).

O autor ainda complementa que “[...] é fundamental aceitar a igualdade de direitos, rejeitando a discriminação, em relação aos dois sexos, bem como, as diversas etnias e nacionalidades, conhecendo e compreendendo as orientações sexuais e aprendendo a respeitá-las” (DESIDÉRIO, 2010, 46).

Contudo, diante do apresentado e da concepção pedagógica para o programa de Educação Sexual no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, buscamos saber para esse estudo como os(as) professores(as) percebem os conteúdos de sexualidade a serem abordados com as crianças, qual a metodologia que consideram mais eficaz e o que mais dificulta a realização deste trabalho na instituição escolar.

O QUE DIZEM OS PROFESSORES?

As respostas para tais indagações advêm da pesquisa “Educação em Sexualidade – Pesquisa Nacional com Professores do Ensino Fundamental I”, realizada com 326 professores, em 139 Municípios, das 5 regiões do Brasil (RIBEIRO, 2020). O estudo tratou-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário estruturado-fechado com análise e cruzamento dos resultados dentro do caráter exploratório, no modelo de pesquisa *survey*, através do *googleforms*, com análise e



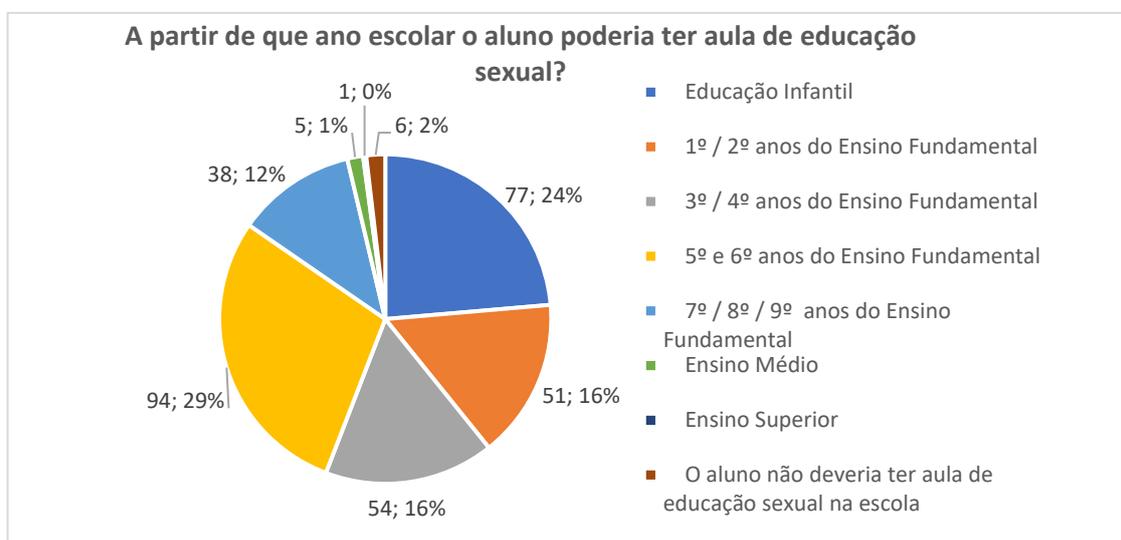
validação do instrumento e conteúdo.

Para este artigo vamos apenas fazer um recorte específico, pontual, nas três questões indagadas – conteúdo, metodologia e entraves.

Conteúdos

Corroborando com a ideia que trazemos nesse estudo a respeito da abordagem da sexualidade já a partir do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, foi perguntado aos(as) professores(as) qual o ano escolar que o(a) aluno(a) poderia ter aula de Educação Sexual, conforme apontado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Aula de Educação Sexual



Fonte: Ribeiro, 2019.

Percebe-se que, 56% (n=182) dos docentes consideram oportuno o trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais. No caso específico do 1º ao 4º anos, são 32% (n=105). O que valida a necessidade deste trabalho, principalmente na importância de começarmos este programa até os dez anos de idade, como apresentamos a partir da base teórica descrita nesse estudo.

Quanto aos conteúdos, foram apresentados um rol de assuntos pertinentes a temática da sexualidade e que, numa escala de 1 a 9, sendo 1 (menos frequente) e 9 (mais frequente) os(as) professores(as) tinham que elencar quais são os temas que os(as) alunos(as) mostram mais interessados e têm curiosidade em saber ao longo da pesquisa.

Logo, os conteúdos Corpo 27% (n=88); Reprodução 22,1% (n=72); e Respeito às diferenças 17,2% (n=56) são os que se destacam na escola 9 (mais frequentes apontados pelos professores). Com isso, a análise nos aponta, na visão dos docentes pesquisados, que os temas de interesses são/estão prioritariamente numa perspectiva biológica e quase sempre sendo uma tarefa exclusiva dos professores de Ciências/Biologia (RIBEIRO, 2020; SILVA, 2015). Fala-se das questões higienista numa perspectiva reprodutiva para depois se pensar no respeito às diferenças.



Esse debate nos abre a possibilidade de perceber também que a partir da construção da sexualidade ainda pautada pelo conhecimento biológico, o assunto gravidez também ganha destaque na escala prioritária com 16,3% (n=52).

O que podemos verificar também no comportamento preventivo, é que apenas 10,7% (n=35) tem algum interesse em saber sobre o tema “prevenção/camisinha/doenças”, contrapondo com 29,1% (n=95) que tem pouquíssimo interesse (nº 1 da escala). Observa-se que, a falta de campanhas de prevenção, incluindo a Aids e de Políticas Públicas que coloque o tema em pauta, certamente tem feito esse descuido, como se as IST não fossem questões, em alguns casos, de saúde pública e que o comportamento preventivo não pudesse começar desde cedo, com prevenção de outras doenças, cuidados e higiene, entre outros. Assim acontece com o conteúdo “prevenção ao abuso sexual” que apenas 10,4% consideram ser um tema de interesse, contrapondo 23,7% (n=77) daqueles que não consideram ser um tema importante.

Um outro ponto observado é que, o autoerotismo, permeado por mitos e tabus e que, conforme apontou Silva e Maia (2014) ainda se faz presente no cotidiano escolar, nesta pesquisa não se tratou de uma temática considerada de interesse. Somente 7,7% (n=25) consideram que a descoberta do corpo (masturbação) é uma temática de interesse, contrapondo 30,4% (n=99) dos que não a consideram importante. Tais dados parecem até contraditórios, uma vez que o conteúdo corpo está em destaque como o tema de maior interesse, a masturbação é como se fosse excluída enquanto processo natural de todo ser humano.

No estudo, também ficou evidente que conteúdos como Gênero e Relação entre pessoas do mesmo sexo são as de menor interesse na pesquisa, com percentuais abaixo de 10%. Sendo 7,1% (n=23) e 6,4% (n=21) respectivamente. Logo, os dados nos confirmam que os aspectos biológicos estão sempre em pauta e que questões tão pertinentes como o entendimento às diferenças podem nem fazer parte da discussão.

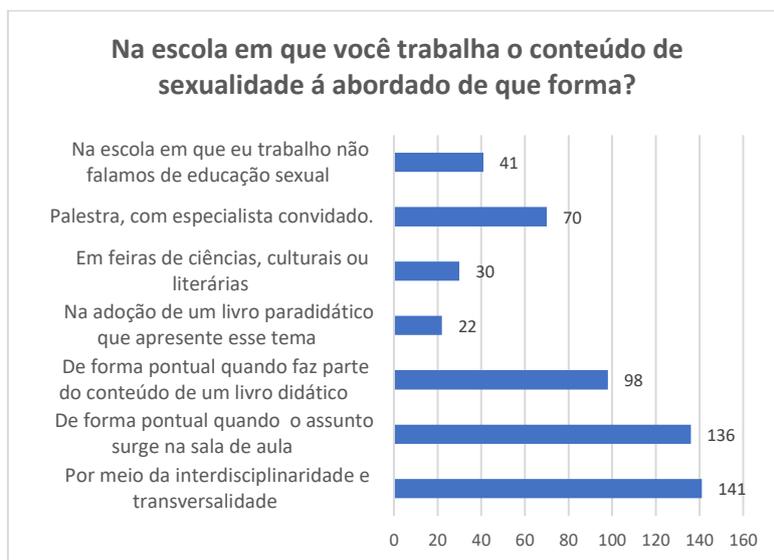
Em contraponto aos conteúdos de interesse, também fora questionado os temas aos docentes pesquisados, em que os mesmos não consideram adequados para serem abordados e o porquê. Assim ficou evidente os dados anteriores a partir das 3 (três) principais respostas: “Relação entre pessoas do mesmo sexo”, correspondendo a 37,4% (n=122), “Descoberta do corpo (masturbação)” com 36,8% (n=120); e “Prevenção/Camisinha/Doenças” que apresentou 18,0% (n=59). Já em relação as justificativas apresentadas para não se tratar dos temas, destacam-se os seguintes argumentos: teriam problemas com os pais (45,0%, n=147), não consideram que sejam temas a serem tratados com crianças (33,1%, n=108) e por falta de conhecimento para abordar tais conteúdos (16,5%, n=54).

Metodologia

No que se refere a metodologia utilizada pelos professores, o gráfico 2 a seguir apresenta que 141 professores trabalham a partir da interdisciplinaridade e transversalidade, para 136 docentes em que o conteúdo é abordado de forma pontual quando o tema surge em sala de aula e 98 dos pesquisados também de forma pontual, quando faz parte do conteúdo de um livro didático, por exemplo.



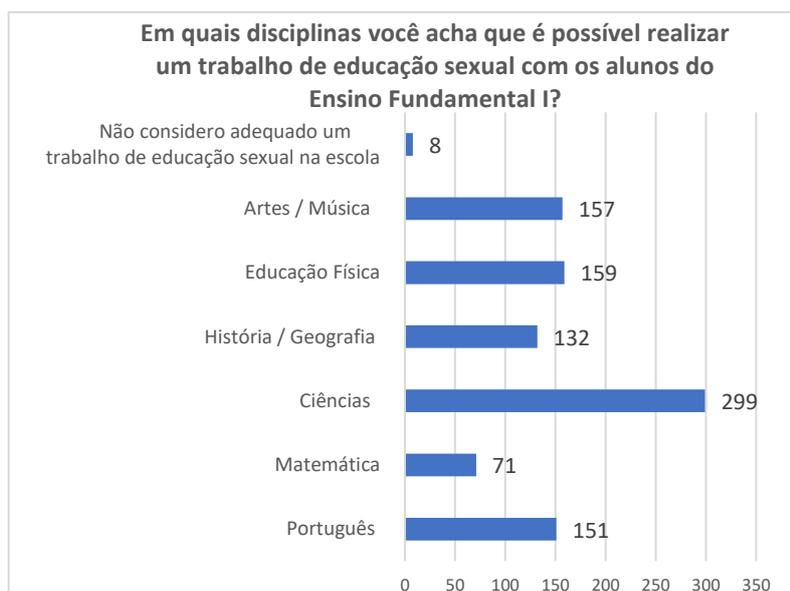
Gráfico 2 – Como o tema é abordado



Fonte: Ribeiro (2019)

Contudo, percebe-se que essas duas formas de abordagem (ambas de forma pontual), seja quando o assunto surge ou quando ele está inserido como conteúdo de um livro didático, eles não trazem um planejamento sistemática para se trabalhar, o que não garante um trabalho efetivo com o tema. No entanto, mesmo os que utilizam a interdisciplinaridade/transversalidade como metodologia, é preciso aprofundar se a mesma se dá em diferentes disciplinas e conteúdos, mas também de forma pontual ou realizada de forma planejada, pois na pesquisa ficou evidente que o ensino se concentra prioritariamente na disciplina de Ciências (gráfico 3).

Gráfico 3 – Disciplina que aborda o tema



Fonte: Ribeiro (2019)

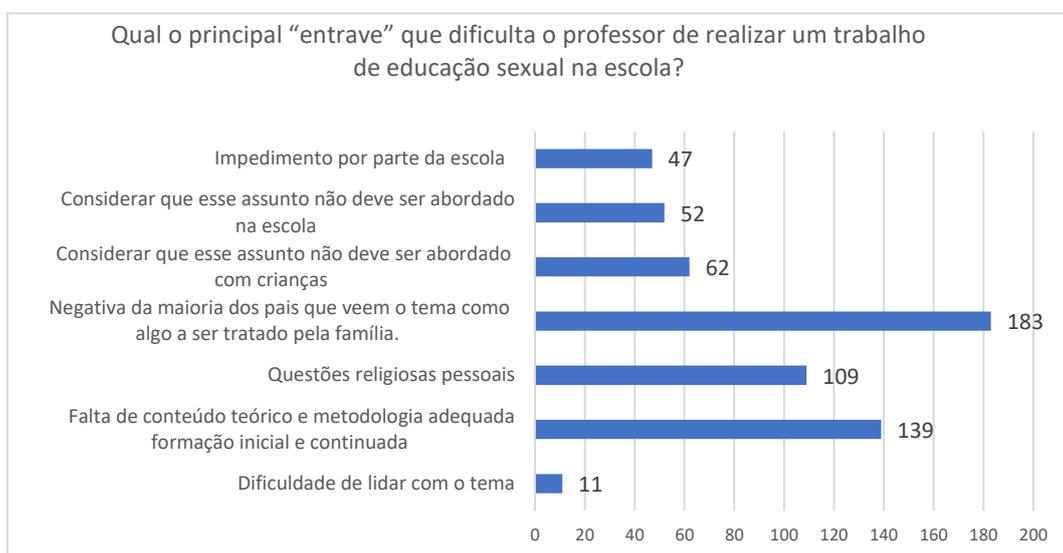


No gráfico 3, como já mencionado e corroborando com os pressupostos teóricos abordados no início desse estudo, da associação da discussão da sexualidade aos aspectos biológicos, evidencia-se, a disciplina de Ciências, com quase a totalidade dos docentes pesquisados (299), mesmo dividindo a resposta com outras disciplinas, como português (151) e história e geografia (132), números bem inferiores vale destacar.

Entraves

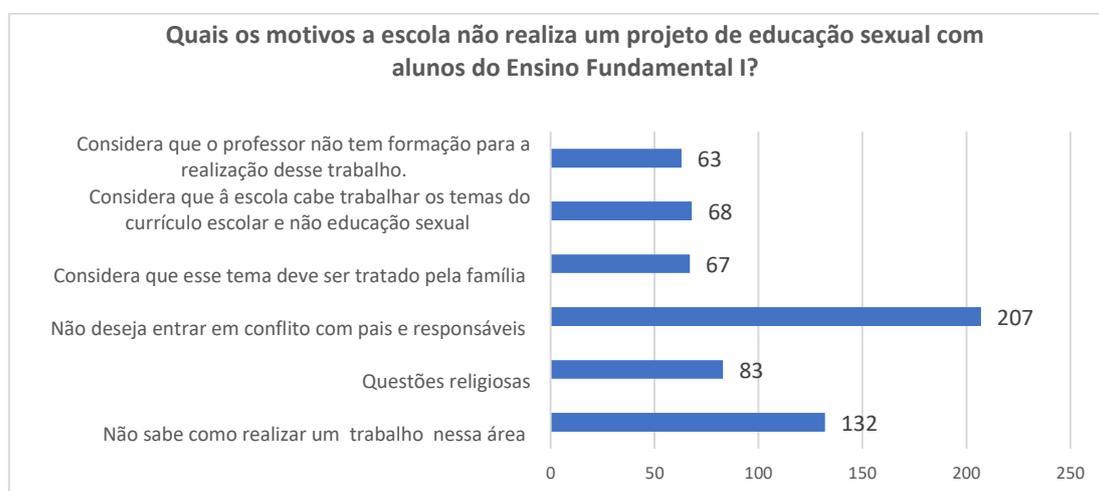
Ao serem perguntados(as) qual o principal ‘entreve’ que dificulta o trabalho de Educação Sexual do(a) professor(a) e por quais motivos a escola não realiza a educação sexual, apresentamos os resultados dos Gráficos 4 e 5, obtido no estudo mencionado a seguir.

Gráfico 4 – Entraves no trabalho de Educação Sexual



Fonte: Ribeiro (2019)

Gráfico 5 – Motivos de não realizar um projeto de Educação Sexual



Fonte: Ribeiro (2019)



É possível notar nos Gráficos 4 e 5 que o maior entrave e também os motivos para a não realização de um projeto de Educação Sexual com os(as) alunos(as) do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ainda parte da negativa dos pais a este trabalho por considerarem como algo a ser tratado pela família. Falta de conteúdo teórico/metodologia e questões religiosas compõe as três opções mais identificadas pelos docentes na pesquisa. Com isso, os principais entraves ainda são família (incluindo aí a questão religiosa) e a falta de uma educação continuada. Contudo, Silva (2015) afirma ser essencial que a escola assuma o compromisso de uma Educação Sexual na escola, destacando a importância da família nesse processo. Afinal, conforme aponta Braga (2021),

os pais são os primeiros modelos referentes à sexualidade de seus filhos e desempenham um importante papel na comunicação sobre sexualidade, relacionamentos e bem-estar. Diversos estudos demonstram que atitudes parentais podem influenciar crianças em relação à aceitação da educação em sexualidade, à realização de testes de HIV e ao uso de contraceptivos, por exemplo. Além, é claro, do papel fundamental que representam na formação de atitudes, normas e valores relacionados aos papéis e à igualdade de gênero na sociedade (BRAGA, 2021, p. 52).

Para a autora, “apesar da resistência de alguns grupos políticos ou religiosos que influenciam a comunidade escolar, pesquisas e estudos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, indicam que as famílias são favoráveis à inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos escolares” (p. 52). Logo, família e escola deve ser uma ação indissociável para o trabalho de Educação Sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a Educação Sexual é hoje uma necessidade a ser efetivada nas escolas, porém denota-se uma preocupação quanto ao despreparo da mesma. Neste sentido, uma formação continuada que trabalhe não só os conteúdos, mas a metodologia para o trabalho de Educação Sexual é fundamental, pois indagações como as melhores estratégias, recursos, qual a avaliação mais adequada que possa contemplar o objetivo proposto, estão sempre em pauta.

Quanto as garantias que asseguram nosso trabalho, uma preocupação que poderá surgir, já que para os pesquisados a família é um dos impedimentos de não se trabalhar a temática, os artigos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os marcos nacionais e internacionais, assinados por vários países, incluindo o Brasil, que contempla as questões relacionadas a sexualidade, gênero, diversidade e temas correlatos, nos respaldam para que possamos efetivar os trabalhos. Afinal, alegar que os pais são os principais entraves para a realização de um projeto de Educação Sexual com os(as) alunos(as) do Ensino Fundamental – Anos Iniciais é desconhecer que não é uma opção entre a escola ou eles, mas uma parceria com papéis muito bem definidos o que cabe a cada instituição, seja a familiar ou a educacional.

Contudo, este estudo corrobora e reforça a ideia de uma sexualidade



contextualizada em seus aspectos históricos e culturais. Que possamos estabelecer nossas diretrizes a partir da ciência, da cidadania e dos direitos humanos. Que tenhamos consciência que os aspectos biológicos e reprodutivos são muito importantes, mas eles se integram a outros temas igualmente relevantes, tais como a igualdade de gênero, o respeito às diferentes, o conhecimento do corpo com prazer e a responsabilidade com um comportamento preventivo. Que desenvolva a criticidade e não nos esqueçamos do combate a misoginia, o racismo, a intolerância religiosa e a homofobia.

Logo, o trabalho de Educação Sexual pode ser muito importante para a felicidade das pessoas e construção de uma cultura pela paz!

REFERÊNCIAS

ARCARI, C; LEÃO, A. A Violência Sexual: problematizando estratégias de enfrentamento. In: DESIDÉRIO, R; HUMMEL, Eroni; OLIVEIRA JUNIOR, I. (Orgs). **Educação, Sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?** Londrina, PR: Syntagma Ed., 2017.

BELIZ, V. **Chamar as Coisas pelo Nome: Como e quando falar sobre sexualidade.** Lisboa-Portugal: Arena, 2018.

BRAGA, M. **Educação em Sexualidade: Perspectiva na vida de adolescentes e jovens.** Brasília: DF: Ed. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

BRAGA, M.; DESIDÉRIO, R. **(Des)conectando o sexo: comportamento afetivo-sexual de adolescentes e jovens em pandemia no Brasil.** Vol. 1. Londrina, PR: Ed. dos Autores, 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, 2003.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Caderno “Orientação Sexual e Pluralidade Cultural”.** Brasília. DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CARELLI, A.R. A Sexualidade Humana do Passado ao Presente. In: DIEHL, A.; VIEIRA, D. L. (Orgs.) **Sexualidade: do prazer ao sofrer.** São Paulo: SP. Ed. Roca, 2013.

DESIDÉRIO. R. **Quando a conversa sobre sexo chega à escola: Concepções, contradições e perspectivas de professores e seus alunos.** Rio de Janeiro: RJ, Ed. E-papers, 2010.

LEÃO, Andreza Marques Castro. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.



MULLER, L. **Educação sexual em 8 lições**. São Paulo: SP, Ed. Academia do livro, 2013.

ORNELLAS, C. Da educação infantil ao ensino fundamental 1. In: RIBEIRO, M. (ORG). **A Conversa sobre Sexualidade na Escola** – Da educação infantil ao ensino médio. Rio de Janeiro-RJ: WAK, 2021.

RIBEIRO, M (org.). **A conversa sobre sexualidade na escola: da Educação Infantil ao Ensino Médio**. Rio de Janeiro-RJ: Wak Editora, 2021.

_____. **Educação em Sexualidade: conteúdos, metodologias e entraves**. Rio de Janeiro-RJ: Wak Editora, 2020.

RIBEIRO, M. **Conversando com seu filho sobre sexo**. São Paulo: SP, Ed. Planeta, 2009.

SAYÃO, Y. Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In: Julio Groppa Aquino (Org.) **Sexualidade na escola – Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: SP. Ed. Summus Editorial, p. 107-117, 1997.

SILVA, R. D. **Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia**. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

_____. **Educação em ciência e sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Exatas, UEM, 2009.

SILVA, R. D. da; MAIA, A. C. B. Autoerotismo em sala de aula: o que pensam, como reagem e dizem fazer os professores?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 3, p. 678–687, 2014.

UNESCO. **Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: DF, 2014.

USSEL, J.V. **Repressão Sexual**. Rio de Janeiro: Campus; 1980.